



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia vinte e quatro de setembro de dois mil e dezenove, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: Fausto Niquini Ferreira – Presidente, Alessandro Luiz Bonifácio – Vice-Presidente e Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo – Secretário. O Senhor Presidente solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a presença de todos os vereadores. O Senhor Presidente, sob a proteção de Deus e em nome do povo nova-limense, declarou aberta a reunião e, em seguida, convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. Logo após, Senhor Presidente: “consulto o Plenário para que façamos um minuto de silêncio pelo falecimento do nosso amigo e companheiro Leão, Gerson Nicholls, ocorrido na manhã de ontem. Vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, oito votos”. O Plenário permaneceu um minuto em silêncio. Em seguida, o Senhor Presidente comunicou que a Ata da Reunião Ordinária do dia dezessete de setembro de dois mil e dezenove foi encaminhada aos gabinetes para os vereadores conferirem-na. Colocou-a em discussão, nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou a Ata por seis votos. O Senhor Secretário proferiu leitura da correspondência recebida: Correspondência Interna nº 39/2019. De: Gabinete do vereador Flávio de Almeida. Para: Presidência. Data: 24 de setembro de 2019. Carta aberta aos nova-limenses da Executiva do Partido dos Trabalhadores. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa:



1) Projeto de Lei Substitutivo nº 1.837/2019, autoria do Poder Executivo, que “Institui normas gerais e procedimentos à produção de parcelamentos caracterizados como Urbanização de Interesse Social e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, queria pedir vossa senhoria para consultar o Plenário para a dispensa de interstícios das outras comissões, primeira e segunda votação hoje ainda, por favor”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, pela ordem. Esse é um projeto que, na verdade, já polemizaram aqui em relação a ele também, tanto é que ele está sendo substituído. Então, só pedir ao vereador se pelo menos for parecer em conjunto para a gente poder, pelo menos, ler o projeto, senão, eu vou impedir como presidente de comissão”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “sim, pode ser, tudo bem, conjunto e a outra votação semana que vem. Certo?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “depois dos pareceres”. Senhor Presidente: “consulto o Plenário, vereadores que concordam com o parecer em conjunto permaneçam como estão. Aprovado, nove votos”. 2) Projeto de Lei nº 1.854/2019, autoria do vereador Ederson Sebastião Pinto, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de Pet Shops, Clínicas Veterinárias e estabelecimentos do ramo, no âmbito do Município de Nova Lima, fixarem cartazes que facilitem e incentivem a adoção de animais e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 3) Projeto de Lei nº 1.855/2019, autoria do vereador José Carlos de Oliveira, que “Cria o Cadastro Permanente de Profissionais Portadores de Necessidades Especiais, no âmbito do



Município de Nova Lima”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 4) Projeto de Lei nº 1.858/2019, autoria do vereador Flávio de Almeida, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de 50% (cinquenta por cento) dos cargos comissionados do Poder Executivo sejam ocupados por servidores de carreira”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 5) Projeto de Lei nº 1.859/2019, autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Executivo Municipal a desafetar parte da área verde pública 08 e afetar em parte do lote 01 da quadra 08 anexa à área verde pública 35, no Loteamento Vale dos Cristais, e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, esse projeto é o do Colégio Santo Agostinho, eu gostaria de pedir parecer conjunto desse projeto para a gente ver a possibilidade, uma vez que nós tivemos já com o pessoal do condomínio, nem foi do colégio, já fizeram uma exposição para gente das dificuldades que estão tendo lá, que a gente pudesse dar agilidade nesse processo com o parecer conjunto”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente. Boa noite, nobres colegas, demais público presente nas nossas galerias, que nos assiste pela TV Banqueta. Eu não tenho nada contra a gente fazer o parecer conjunto, para mim não tem problema nenhum, só que não veio o mapa aqui anexando, está falando qual é a outra área que vai ser incorporada, que eles vão fazer uma substituição de uma área verde que tem em frente ao Colégio Santo Agostinho para uma outra área verde que vai ser destinada acho que pelo próprio loteamento do Vale dos Cristais, para se compor uma nova área verde. E não veio aqui



nenhuma informação de onde é essa nova área verde. Então, seria interessante já pedir ao Executivo, eu peço ao senhor que, em nome da casa, solicite o mapa. Ah, ele está aqui?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “no original está”. Vereador Tiago Almeida Tito: “desculpa, perdão, ele já está aqui. Ok, perfeito. Retiro o que eu disse”. Vereador José Guedes: “boa noite. O valor do vereador é nesses momentos. Quando eu estava na Câmara, eu devolvi esse projeto por duas vezes para a prefeitura, pelo seguinte, ofereceram uma área no Rego dos Carrapatos, nunca concordei com isso. Olha o preço do terreno no Santo Agostinho e olha no Rego dos Carrapatos, uma área verde já pertencente ao município. Então, eu devolvi, me ameaçaram, gente lá de cima, lá de cima que eu disse é de graus. Entendeu? Hoje vem uma proposta aqui de uma permuta, um terreno valioso no Vale dos Cristais. Se passasse naquela época, eu não coloquei nem em pauta, eu já devolvi por duas vezes. E eles tentando me convencer, eu estava na companhia do funcionário Guto. Então, nós encaramos os fatos e hoje vem oferecer um terreno que realmente condiz com aquela região. Então, aí está o valor do vereador porque se eu tivesse colocado, talvez seria aprovado naquela época. Então, a gente não está aqui prejudicar ninguém, nem rico e nem pobre. Fica-se falando o tempo todo que parte de cima é rico, parte de baixo é pobre, eu não olho dessa maneira. Então, a gente tem que realmente olhar para a nossa cidade Nova Lima. Então, tem possibilidade sim, eu revendo, vai para a minha comissão, eu quero saber onde está situado esse terreno porque pode ser um barranco, um buraco, eu não sei. Então, nós vamos olhar isso com carinho, a gente está aí para defender a nossa cidade. Obrigado”.



Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Boa noite a todos os presentes, aos que nos acompanham pela TV Banqueta. Eu gostaria, vereador Tiago Tito, tem as áreas que vão ser incorporadas, mas tem as áreas que vão ser desafetadas nesse mapa? As desafetadas? Eu só gostaria que o Poder Executivo completasse as informações, se esse desafetamento vai atingir alguma área particular ou se algum particular vai se beneficiar desse desafetamento de forma secundária e não principal. Então, eu já gostaria de pedir Vossa Excelência que enviasse esse ofício para a prefeitura, já que vai ter parecer favorável, no intuito de nos informar, passar essa informação com mais precisão”. Senhor Presidente: “vereador Tiago Tito, aquele dia o senhor fez esse questionamento. Parece que não tinha nenhuma área privada; não é isso? Normalmente é. É porque o senhor não esteve presente na reunião, vereador, então os vereadores que estiveram... Mas me parece que alguém questionou em relação a isso. Mas fica então o ofício, que o Executivo informe a solicitação do vereador Wesley de Jesus”. Vereador Tiago Almeida Tito: “eu acho que quem vai ter que informar ao senhor é a Mineração Ribeirão dos Cristais, que é da Mineração Morro Velho, porque eles que estão assinando todos os mapas que vieram anexos ao projeto”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “é porque essa informação é importante para dar seguimento. Nós estamos fazendo uma alteração muito grande em uma área muito valiosa, a gente precisa ter conhecimento se vai ter algum reflexo em imóveis particulares”. Vereador José Guedes: “Senhor Presidente, só um segundo. Eu queria dizer que na época nós nos reunimos aqui com a AngloGold e a Odebrecht. Há muito interesse nisso, muito



interesse não só das empresas, como de outras pessoas também. Então, a Câmara tem que, realmente, ficar atenta a essa permuta. Obrigado”. 6) Projeto de Lei nº 1.860/2019, autoria do vereador José Guedes, que “Autoriza ao Executivo o estabelecimento de regras e condições para a instalação de ‘parklets’ no Município de Nova Lima”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. O Senhor Presidente nomeou o vereador Silvânio Aguiar Silva como Presidente da Comissão de Legislação e Justiça em substituição ao autor da proposição. 7) Projeto de Decreto Legislativo nº 380/2019, autoria do vereador Alessandro Luiz Bonifácio, que “Institui o Título Empresa Cidadã ao Instituto Cássio Magnani do Município de Nova Lima e contém outras providências”. Encaminhado à Comissão Especial, nomeada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Tiago Almeida Tito e Silvânio Aguiar Silva, para emissão de parecer. 8) Veto Integral do Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 1.799/2019, autoria do vereador José Carlos de Oliveira, que “Torna obrigatória a cessão gratuita de ônibus por parte das empresas de transportes coletivos para atender a cortejos fúnebres e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão Especial, nomeada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Ederson Sebastião Pinto, Tiago Almeida Tito e Silvânio Aguiar Silva, para emissão de parecer. 9) Veto Integral do Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 1.805/2019, autoria do vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, que “Cria o Programa ‘Cultura da Nossa Gente’ com o objetivo de fomentar e incentivar a cultura local no Município de Nova Lima e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão



Especial, nomeada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Alessandro Luiz Bonifácio, Tiago Almeida Tito e José Carlos de Oliveira, para emissão de parecer. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura: 1) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.826/2019, autoria do Poder Executivo, que “Autoriza e permite a alteração do uso dos lotes 2 a 23 da quadra 9, lotes 1 a 26 da quadra 17, lotes 4 a 7 e 9 a 15 da quadra 26, lotes 1 e 2 da quadra 19, lotes 1 a 6 e 10 ao 15 da quadra 27 do Bairro Oswaldo Barbosa Penna II, pertencentes à COHAB-MG, para uso do programa de habitação de interesse social do servidor público e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer contrário à tramitação do projeto. Vereador José Geraldo Guedes: “Presidente, por favor. Eu vou fazer uma solicitação, retirar de pauta esse projeto porque nós pedimos o impacto financeiro e não mandaram. Seria possível a gente retirar de pauta?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “o senhor está se referindo a qual?”. Vereador José Geraldo Guedes: “é o Projeto 1.826”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “pois é, mas eu acho que não cabe aqui isso”. Vereador Tiago Almeida Tito: “esse projeto não cabe análise de impacto financeiro não”. Senhor Presidente: “não? Faça a leitura então”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “eu acho que não”. Vereador José Geraldo Guedes: “é o da COHAB?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “é”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Eu vou só fazer alguns ponderações contra esse parecer contrário, aqui assinado pelo vereador Tiago Tito e José Guedes, trata-se de um programa do governo, é um projeto que o



governo vem abraçando no que diz respeito à pauta habitacional, de construção de apartamentos Minha Casa Minha Vida, no final da avenida. Eu vi algumas informações no parecer, como de setenta lotes serão discutidos, serão alterados, eu não vi isso literalmente no projeto não. Eu só gostaria de ressaltar para os vereadores da Casa o seguinte, nós não podemos parar o avanço habitacional na nossa cidade, o nosso povo está precisando de casa, o nosso povo está precisando de apartamento, seja esse da COHAB que é terreno do Governo Estadual, seja qualquer um outro empreendimento, cuja finalidade é distribuir e fazer com que a população tenha acesso ao Minha Casa Minha Vida, ele tem que ser analisado por essa Casa com mais cuidado e mais cautela. Eu ouvi algumas informações aqui, inclusive foi o motivo pelo qual iniciaram uma discussão com prefeito na última reunião. Então, eu sugiro ao presidente, aos membros da comissão que reavaliem essa questão desse parecer ou aos vereadores que reavaliem, se tiver algum erro no projeto, que a gente faça a discussão. Eu vi uma informação aqui que é pertinente, caso não haja mesmo, ela é necessária no projeto, que é o estudo de impacto de vizinhança, isso é importante. Que a gente faça a suspensão do projeto, a prefeitura faça apresentação de uma documentação, é necessária. Só que não passando esse projeto, ele só pode entrar na pauta ano que vem de novo, nós vamos deixar de entregar para a população de Nova Lima programas habitacionais, apartamentos e casas. Este, como outros seis projetos que estão nessa Casa. E eu acho que nós não estamos participando, essa Casa não está participando, como deveria participar dos problemas que afetam a população de Nova Lima e um dos problemas que mais afeta a população





de Nova Lima é a questão de moradia. Então, fica aqui essa minha consideração. Já peço data vênica aos meus colegas que assinaram o parecer porque eu vou votar contrário, vou votar com o governo nisso aqui. E peço aos senhores que façam essa reavaliação como conscientização da necessidade do avanço dessa política pública em Nova Lima”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Presidente, é a primeira vez que eu vejo a gente discutir um parecer sem ter sido lido pela secretaria, então eu vou solicitar que o senhor solicite a leitura do parecer, pelo menos, para a gente ter...”. Senhor Presidente: “solicito ao senhor secretário a leitura do Parecer Contrário da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.826/2019, autoria do Poder Executivo, que “Autoriza e permite a alteração do uso dos lotes 2 a 23 da quadra 9, lotes 1 a 26 da quadra 17, lotes 4 a 7 e 9 a 15 da quadra 26, lotes 1 e 2 da quadra 19, lotes 1 a 6 e 10 a 15 da quadra 27 do Bairro Oswaldo Barbosa Penna II, pertencentes à COHAB-MG, para uso do programa de habitação de interesse social do servidor público e dá outras providências”. O Senhor Secretário proferiu leitura do supracitado parecer. Logo após, Senhor Presidente: “atendendo à solicitação do vereador José Guedes para que o projeto seja retirado de pauta, vereadores que concordam permaneçam como estão. Projeto retirado”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, deixa eu só fazer uma colocação em relação a isso? Eu acho que é uma pauta que eu já estou até um pouco cansado de... Acho que, na verdade, eu estou cansando as pessoas de falar em relação à habitação de interesse social. Esse empreendimento que está sendo feito lá não é de interesse social. São quase setenta lotes que estão sendo alterados os parâmetros de



construção, permitindo que se façam construções lá de cinco andares em um local onde não é permitida a construção de cinco andares, apenas de três andares, sem uso de elevador porque fere o Plano Diretor. E o empreendedor que está fazendo as obras não está considerando a faixa social, que é realmente para as pessoas que mais necessitam. O projeto veio falando que esse empreendimento seria exclusivo para servidor público, nós já temos contrato de pessoas que adquiriram. Já começa um erro assim, já está se fazendo venda de apartamentos, sem autorização legislativa, ou seja, ele está vendendo uma coisa que ele não tem autorização para vender ainda, porque ele está vendendo lá quarto andar, quinto andar, e lá não é permitida a construção de quarto e quinto andar, a não ser que tenha uma autorização legislativa que altere o Plano Diretor. E a pessoa que adquiriu não é servidor público. Então, também, o projeto veio falando que é para servidor público, mas ele não vai beneficiar servidor público. A unidade lá está sendo vendida a cento e cinquenta e seis mil, novecentos e noventa reais, desde quando isso é faixa social para as pessoas carentes? As pessoas que estão aqui na galeria podem falar quem consegue comprar um apartamento lá de cento e cinquenta e seis mil, novecentos e noventa. O servidor, com certeza, não vai conseguir. Primeiro que não tem Fundo de Garantia mais, então ele vai ter que buscar financiamento nos bancos e ele não vai conseguir um financiamento do valor total, mesmo porque para concessão de financiamentos, se olha a expectativa de vida da pessoa. Servidor nenhum vai conseguir adquirir lá. O que lá está sendo feito? Especulação imobiliária. A COHAB, de forma muito esperta, que parece que está se encerrando no Estado, está vendendo todos os



lotes do Oswaldo Barbosa Pena, exatamente porque ele está alterando o Plano Diretor aqui, pedindo autorização do Plano Diretor, vai elevar o custo, vai elevar o valor dos lotes e está colocando tudo em leilão. Quem reside lá é só passar, está cheio de faixa lá da COHAB, vende-se. E são exatamente os lotes que estão aqui, fora aqueles que estão sendo feitas construções de forma irregular. Então, o que eu acho é o seguinte, há uma possibilidade sim dessa Câmara até fazer jus e, aí sim, ganhar o protagonismo que o vereador colocou antes, vamos alterar, vamos falar que aqui vai ser colocado, lá no Oswaldo Barbosa Pena, até Faixa 1,5; que aí sim, é faixa social, que é para as pessoas que ganham até três salários mínimos, a unidade sai a cento e dezessete mil reais, no máximo. Aí sim, eu acho que o servidor tem condição de comprar, acho que a população carente de Nova Lima vai ter condição de comprar, mas da forma que está aqui, está servindo de especulação imobiliária para favorecer alguém. Então, eu acho que o parecer foi feito com muito cuidado, a Comissão se debruçou, acho até que a Doutora Delma esteve presente na reunião também, a gente fez a análise, foi com muito cuidado que foi feito. E aqui a gente só elencou alguns pontos do que estava sendo feito de forma irregular, mas estamos falando também no âmbito da Comissão de Legislação e Justiça, então não dá para a gente entrar tanto. Então, eu estou fazendo as colocações aqui porque é possível fazer alteração, vamos fazer sim habitação de interesse social, mas para quem precisa. Do jeito que está indo lá... Eu sei de pessoas que compraram e já tem imóvel, então, assim, está servindo de especulação. É essa observação que eu queria falar, porque eu sempre vou ser favorável à pauta de habitação, desde que ela



seja de forma responsável e atinja realmente quem precise”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “um aparte, vereador?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “com certeza, cedido”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “eu só queria ressaltar o seguinte, nós temos aqui, em andamento, o loteamento indo para Bela Fama que vai atingir classe um e meio”. Vereador Tiago Almeida Tito: “aí eu concordo com o senhor que é faixa social, perfeito”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “faixa social. Nós temos um projeto que o vereador Coxinha colocou em pauta, que é um projeto que é inovador, o senhor participou da audiência pública que nós fizemos com a Promotora de Justiça que, inclusive, ela trouxe para ela, eu elaborei esse projeto, ajudei na elaboração desse projeto e vai ser inovador no Brasil. Não existe uma legislação no Brasil para tratar desse assunto, segundo a Doutora Marta Larcher, que vai permitir o Executivo fazer algum loteamento para pessoas que, de fato, vão pagar duzentos e oitenta reais por mês ou cento e cinquenta reais por mês. E esse projeto atinge gente que pode ser de faixa de dois. Olha, nós temos que criar um programa habitacional também para todos os públicos, nós estamos atingindo um projeto de lei que vai atingir a classe baixa, vai atingir os mais simples e um que vai atingir a classe média, porque a classe média da cidade também não tem condição de comprar na MG-030 não, porque a cidade foi leiloada durante doze anos só para milionário. Porque eu não tenho condição, se for olhar um terreno hoje, de Veredas para cima, é trezentos, quatrocentos mil reais. Então, eu só ressalto, quando eu defendo a pauta habitacional porque eu duvido que vá vir uma pessoa de Belo Horizonte e comprar apartamento de cento e cinquenta reais para morar



no Oswaldo Barbosa Pena aqui, lá do centro de Belo Horizonte, não vem. Então, a gente precisa atingir todos os âmbitos da população e, inclusive, pensar nessa classe também. Eu falo isso porque eu sou um defensor das pessoas mais simples, mais pobres, tenho acompanhado a pauta das ocupações de Nova Lima há mais tempo, mas nós não podemos perder de vista esse público que existe em Nova Lima também”. Vereador Tiago Almeida Tito: “voltando à fala, só retornando. Eu concordo com o senhor nos dois projetos iniciais que o senhor falou, aí sim. Mas não cabe ao município incentivar especulação imobiliária e o que está sendo feito ali é exatamente especulação imobiliária. Então, é uma área nobre hoje, que poderia sim a classe média que ganha até três salários mínimos, viver. Porque não consegue, vereador, o senhor sabe disso, o senhor é vereador de periferia, quem ganha até três salários mínimos não vai conseguir financiamento para pagar cento e cinquenta e seis mil reais, não consegue. Eu estive como secretário de habitação e quando eu estive lá, as pessoas que ganham dois salários mínimos não conseguem financiamento no valor total dos imóveis. Então, se fosse até a faixa um e meio, que seria até cento e dezessete mil, aí sim, elas conseguiriam. Mesmo porque a faixa um e meio tem um subsídio que pode chegar até quarenta e sete mil reais de abatimento. Nessa que a gente está discutindo aqui, agora, não tem subsídio algum, exatamente porque favorece o construtor. E tanto que favorece o construtor, que a lista de demanda não está sendo enviada pelo município, está sendo feito no estande de vendas da própria construtora. Lá no local, inclusive, o senhor chega lá agora, o senhor compra um apartamento. Então, não tem nenhum critério social, não vai olhar se o



senhor já tem um imóvel, interessa a eles vender o imóvel, eles querem é vender, se o senhor tem um imóvel para eles não importa. Então, esse caso não é habitação de interesse social, esse caso a gente está favorecendo o empreendedor, valorizando o terreno, adensando ainda mais a região do Oswaldo Barbosa Pena. E eu não tenho problema nenhum de adensamento lá não, não sou contrário não, pode até ter o adensamento, mas que vá morar quem realmente precise, não quem vai fazer igual foi as outras que estão lá, tem dois empreendimentos que falaram que era Minha Casa Minha Vida e foi, mas faixa dois, está cheio de placa de aluga-se lá, e o município não pode fazer nada porque as pessoas compraram direto com a construtora. Então, eu acho que esse que é o perigo desse projeto aqui e a grande pegadinha está aqui. Então, eu acho que se reverter, tem meu voto favorável, desde que seja para faixa um e meio, até três salários mínimos, que não seja para pessoa que possui imóvel, porque se a gente quer tirar as pessoas da fila de espera, tem que ser para as pessoas que não tem imóvel, e desde que a demanda seja toda passada pela Secretaria Municipal de Habitação, pela análise social das assistentes sociais. Aí sim, tem meu apoio, se não, realmente, podem falar, mas eu tenho justificativa muito plausível para votar contrário a isso”. Senhor Presidente: “vereador José Guedes, o senhor, após essa bela explicação do excelente técnico, que o senhor foi secretário de habitação do governo Cassinho, o senhor mantém ainda a retirada do projeto?”. Vereador José Geraldo Guedes: “sim. Eu gostaria de dizer que o tempo todo que eu estive aqui na Câmara, eu batalhei para que a Câmara construísse o elevador, aqui são quatro andares. Eu seria incoerente, lá são cinco



andares, pessoas de idade vão subir cinco andares? Nós temos que olhar realmente esse projeto. Um dos itens que eu sou totalmente contra é a construção de cinco andares, sem elevador; onde tem isso? Eu volto a dizer, eu batalhei o tempo todo, eu consegui colocar elevador aqui. O José Clever, dono do jornal, ia ao Ministério Público para que o Ministério Público agisse contra a Câmara sobre esses quatro andares. Eu acho que a lei não é só para a Câmara, para a prefeitura e para o Fórum não; a lei é também para os apartamentos. A pessoa vai viver trinta, quarenta, cinquenta anos subindo escada? A Câmara, nesse ponto, nós temos que olhar principalmente esse problema do elevador. Subir escadas diariamente para pessoas idosas, pessoas deficientes, como uma pessoa deficiente? Nós temos que olhar isso com carinho, principalmente, eu estou batalhando nisso. E tem outras coisas também que outros vereadores já citaram, mas eu vou batalhar aqui para colocar elevador. Já que está dizendo que é para pobre, pobre não é obrigado a subir escada todo dia, cinco andares. Nós temos que olhar isso com carinho. Não sou contra, eu sou um dos maiores batalhadores para habitação, a minha família mudou só vinte e quatro vezes, eu não me esqueço disso, para adquirir um imóvel no Bairro dos Cristais. Nós temos que agir nisso, conversarmos na prefeitura, conversar com a construtora, ver as possibilidades. É isso que eu queria colocar”. Senhor Presidente: “mas um dos motivos citados pelo vereador Tiago Tito é exatamente esse: que estão sendo vendidos, já no quarto e quinto andar, para pessoas que não são funcionários públicos. E como o senhor muito bem disse, um prédio sem elevador. Então, eu acho que não tem como aprovar um projeto desses”. Vereador Álvaro Alonso



Perez Morais de Azevedo: “Presidente, posso? Tiago, parabéns pela sua fala, pela sua explanação, você foi realmente irretocável em todas as suas colocações. Não tem aqui alguém, em sã consciência, que seja contra ao Programa Minha Casa Minha Vida. Isso é uma das questões que dão gosto, que dão prazer e fazem valer a pena estar sentado aqui numa cadeira dessas, hoje, da mesma forma o prefeito, independente de quem seja; isso realmente faz valer a pena um mandato para ajudar a quem mais precisa; que não é o caso desse projeto. Sem contar que esse projeto não foi votado, não foi sequer rejeitado ou aprovado e as obras já começaram, cabe inclusive a gente perguntar quem que autorizou o início das obras, fica aqui já... Inclusive me coloco à sua disposição para fazer esse questionamento formal, vereador, acho que convém”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Presidente, só para finalizar. No momento que eu estava fazendo a fala, acabamos de receber uma mensagem de Whatsapp, uma pessoa que está adquirindo lá falando assim: ‘pior que o que Tiago está falando é verdade. Eu tenho três imóveis e estou adquirindo um lá’. Então, não é social, gente, vamos ser francos aqui entre a gente, o interesse imobiliário não é só aqui em Nova Lima, é no país inteiro, mexe é com milhões. Então, vamos fazer as coisas de forma correta para que as pessoas que realmente mais precisam sejam as beneficiadas, de fato. Então, a pessoa foi sincera, falou: ‘eu estou comprando para investimento’. Então, nós não estamos resolvendo problema habitacional, pelo contrário, nós estamos criando ainda mais desigualdade habitacional, fazendo dessa forma. Então, fica a minha ponderação a todos os vereadores para que a gente reavalie muito bem a tramitação desse projeto”. Senhor





Presidente: “isso mesmo, muito bem. Manda um projeto padrão, bem organizado, com responsabilidade, que vai passar tranquilo, vamos votar tranquilo. Não é isso, ex-secretário de habitação? Agora, vêm certos vereadores, com demagogia, falar que a Câmara é contra projeto de habitação. Quem aqui é contra projeto de habitação? Quem? Qual doido aqui que é contra o projeto de habitação? Ah, brincadeira”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “Vossa Excelência é um que é contra projeto de habitação”. Senhor Presidente: “se serviu para o senhor, se a carapuça serviu para o senhor”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “e outra coisa, essa Casa votou no último mandato e o senhor era vereador, o senhor votou...”. 2) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.699/2018, autoria do vereador Wesley de Jesus Silva, que “Dispõe sobre a autorização da compensação de débitos de natureza tributária ou de outra natureza, ajuizados ou não, com precatórios vencidos do Município. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas. 3) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.768/2019, autoria do vereador José Carlos de Oliveira, que “Determina a afixação de cartaz informando os dados de contato do Conselho Tutelar nos estabelecimentos de ensino públicos e privados do Município de Nova Lima”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. 4) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.828/2019, autoria do Poder Executivo, que “Revoga as Leis Municipais nº 2.285 de 16/07/2012 e nº 2.513 de 20/07/2015 e dispõe sobre a criação do



Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – COMPIR e do Fundo Municipal de Promoção da Igualdade Racial e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, que o senhor consultasse o Plenário para dispensa das comissões e colocar esse projeto em votação ainda hoje, por favor”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereador, perdão, qual é o projeto?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “criação do Conselho de Igualdade Racial”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “ah, tá”. Senhor Presidente: “atendendo à solicitação do vereador Coxinha para que esse projeto seja votado ainda hoje. Vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos”. 5) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.842/2019, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Dispõe sobre a proibição do uso do Cerol, Linha Chilena ou qualquer outro tipo de substância cortante nas linhas de empinar pipas, papagaios e similares no Município de Nova Lima e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. 6) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.821/2019, autoria do vereador José Carlos de Oliveira, que “Dispõe sobre a permissão para embarque e desembarque das pessoas com deficiência física e de mobilidade reduzida fora dos pontos regulares do transporte coletivo no Município de Nova Lima”. A comissão emitiu parecer contrário à tramitação do projeto. Senhor Presidente: “em discussão, em votação. Os vereadores que concordam com o Parecer da Comissão de Legislação e Justiça permaneçam como estão. Aprovado, sete votos.



Encaminho o parecer ao arquivo”. Vereadores que votaram a favor do parecer: Alessandro Luiz Bonifácio, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Flávio de Almeida, José Carlos de Oliveira, José Guedes, Silvânio Aguiar Silva e Wesley de Jesus Silva. Vereador que votou contra o parecer: Tiago Almeida Tito. O vereador Ederson Sebastião Pinto estava ausente do Plenário no momento da votação. 7) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.822/2019, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Assegura o direito de desembarque entre as paradas obrigatórias (pontos de ônibus) às mulheres, e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer contrário à tramitação do projeto. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu vou retirar de pauta esse projeto”. 8) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.825/2019, autoria do vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, que “Institui o Programa ‘Caçamba Social’ no âmbito do Município de Nova Lima e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer contrário à tramitação do projeto. Senhor Presidente: “em discussão, em votação o Parecer da Comissão de Legislação e Justiça. Vereadores que concordam com o Parecer da Comissão permaneçam como estão. O parecer foi aprovado. Encaminho ao arquivo”. Vereadores que votaram a favor do parecer: Alessandro Luiz Bonifácio, Ederson Sebastião Pinto, José Carlos de Oliveira, José Guedes e Wesley de Jesus Silva. Vereadores que votaram contra o parecer: Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Flávio de Almeida, Tiago Almeida Tito e Silvânio Aguiar Silva. 9) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.829/2019, autoria do



vereador José Carlos de Oliveira, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas de transporte municipal de passageiros no Município de Nova Lima inscreverem, nas duas laterais e na parte dianteira externa dos veículos, o ano de fabricação do coletivo, e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer contrário à tramitação do projeto. Senhor Presidente: “em discussão”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Eu vou pedir mais uma vez, respeitosamente, vou contrário à opinião dos meus colegas que votaram esse parecer. Acho que na inércia do poder público, é importante que a população de Nova Lima tenha conhecimento, tenha mais informações a respeito do transporte público municipal. Eu não vejo nenhum absurdo obrigar as empresas a colocarem a data de fabricação dos veículos nas laterais. Tem ônibus aqui caindo, um caco atrás do outro. O transporte público em Nova Lima é horrível, é péssimo. Então, isso é mais um projeto que eu acho que atende diretamente o cidadão de Nova Lima, principalmente o consumidor que está à mercê da única empresa que detém o poder de fazer esse transporte popular. Parabenizo o vereador Boi pelo projeto de lei, tem o meu apoio. Peço respeito à opinião dos demais vereadores da comissão, que eu votarei contrário”. Senhor Presidente: “em discussão”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Presidente, em respeito à comissão e por eu ter tirado um projeto meu por parecer contrário, eu vou votar favorável ao parecer da comissão. Eu já estou declarando o meu voto”. Senhor Presidente: “em discussão, em votação o Parecer da Comissão de Legislação e Justiça. Vereadores que concordam com o parecer permaneçam como estão. Todo mundo. O parecer foi rejeitado. Encaminho à Comissão



de Serviços Públicos Municipais”. Vereadores que votaram contra o parecer: Alessandro Luiz Bonifácio, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Ederson Sebastião Pinto, Flávio de Almeida, José Carlos de Oliveira, José Guedes, Silvânio Aguiar Silva, Tiago Almeida Tito e Wesley de Jesus Silva. 10) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.834/2019, autoria do vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, que “Proíbe o uso de logomarcas, slogans, cores e quaisquer outros símbolos que identifiquem gestão ou períodos administrativos nos veículos, placas identificativas, publicidade institucional, material gráfico, materiais escolares, documentos oficiais ou em qualquer bem público ou material de consumo do Poder Executivo do Município de Nova Lima e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer contrário à tramitação do projeto. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente. Só para esclarecer para os nobres colegas, esse projeto de lei é de minha autoria e qual é o objetivo dele? Proibir que o governo municipal... O que já está feito, está feito, não tem o que alterar, o que eu estou propondo é que, a partir de agora, qualquer governo municipal seja proibido de colocar marca, slogan da gestão, independente de qualquer que seja. Porque toda vez que muda prefeito, sai, entra prefeito, a prefeitura tem um gasto de trocar adesivo de carro, trocar placa de frente de secretaria, ou seja, criar aquela identidade corporativa, se eu puder resumir dessa forma. Então, o que eu estou propondo é para que se evite esse tipo de gasto do contribuinte, nada mais do que isso. Que a gente utilize o brasão do município, assim, por exemplo, como a prefeitura de Belo Horizonte faz. Basicamente é isso. Portanto,



peço, se possível, o apoio dos nobres colegas”. Senhor Presidente: “em discussão. Os vereadores que concordam com o Parecer da Comissão de Legislação e Justiça permaneçam como estão. O parecer foi aprovado. Encaminho para o arquivo”. Vereadores que votaram a favor do parecer: Alessandro Luiz Bonifácio, Ederson Sebastião Pinto, José Carlos de Oliveira, Silvânio Aguiar Silva e Wesley de Jesus Silva. Vereadores que votaram contra o parecer: Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Flávio de Almeida, José Guedes e Tiago Almeida Tito. Dando continuidade, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Projeto de Decreto Legislativo nº 374/2019, autoria da Mesa Diretora, que “Aprova as contas do Município de Nova Lima relativas ao exercício de 2003”. Senhor Presidente: “em primeira e única votação”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, peço vista”. Senhor Presidente: “atendendo à solicitação do vereador Álvaro Azevedo, cedida vista para o Decreto Legislativo nº 374/2019”. 2) Projeto de Decreto Legislativo nº 379/2019, autoria do vereador Alessandro Luiz Bonifácio, que “Institui o Título ‘Empresa Cidadã’ ao Instituto Educacional Santa Rita de Cássia do Município de Nova Lima e contém outras providências”. Em primeira e única votação. Em discussão, o vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, só pela ordem. Não é nada contra o título de empresa cidadã, mas até quando a presidência era do José Guedes, tinha sido feito um consenso que seria um título de empresa cidadã por ano. Foi feito isso sim. Não foi isso? Eu só estou lembrando porque ele está entrando com outro. Porque se for, todos nós temos vários. Então, para escolher qual que vai ser, porque senão eu entro. Não tem problema,



é só consultar na Ata, confirmar, porque pelo o que eu entendi, eram todas as condecorações e reconhecimentos. Não é isso, vereador?”. Vereador José Geraldo Guedes: “sim, senhor”. Vereador Tiago Almeida Tito: “porque todos nós temos várias empresas, várias pessoas que merecem homenagem. Então, que escolha qual vai ficar”. Senhor Presidente: “depois consulta a Ata, Doutor Diego, depois o senhor consulta a Ata e vamos deixar em stand. Em primeira e única votação, em discussão. Vereadores que concordam permaneçam como estão”. Vereador José Geraldo Gudes: “Senhor Presidente, eu gostaria de justificar o meu voto contrário pelo fato de porque entrar com o segundo, se a regra é para todos os vereadores? Título cidadão, várias homenagens, é um por ano porque, anteriormente, às vezes, tinha um vereador com dez homenagens e um com uma homenagem. Então, nós combinamos aqui. Se não retirar, eu sou obrigado a votar contra pelo fato seria...”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Coxa, tira, semana que vem vota”. Senhor Presidente: “Coxinha, já foi constatado ali, realmente, vou retirar seu projeto de pauta, semana que vem a gente...”. Vereador José Geraldo Guedes: “tem que ter igualdade nessa Casa”. Senhor Presidente: “está certo”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “Presidente, pela ordem. Eu acho que como nós já chegamos nesse patamar aqui, é extremamente deselegante tirar o Projeto de Lei do Santa Rita de Cássia que é uma instituição tão respeitosa. Não, está tirando de pauta este. Está tirando de pauta o de hoje? Então, eu acho que...”. Senhor Presidente: “é o outro que você entrou?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “é porque já encaminhamos dois, Tiago. Eu não estou querendo defender o Coxinha. O vereador tem que observar



para não cometer isso. Agora, fica chato para a gente chegar a esse patamar e deixar de dar um título para uma empresa que, de fato, faz um bom trabalho na cidade, uma escola. Então, eu acho que nós poderíamos, nesse quesito, nesse fato, aí o Coxinha, na próxima dá um jeito”. Senhor Presidente: “em primeira e única votação, em discussão. Vereadores que concordam permaneçam como estão”. Vereador José Geraldo Guedes: “Senhor Presidente, antes da votação. Eu sou uma pessoa muito franca, eu procuro seguir as regras da Câmara o tempo todo, e tem vereador que fica forçando barra até para fazer três, cinco requerimentos, eu vejo isso constantemente. Não é justo, não sou contra escola nenhuma, não me interessa saber quem for, não me interessa. Eu acho que nós não podemos abrir precedentes aqui porque o vereador está infringindo o que foi combinado. Eu não posso concordar com isso, entendeu? Senhor Presidente, o senhor vai retirar o outro do vereador?”. Senhor Presidente: “o outro sim, com certeza”. Vereador José Geraldo Guedes: “e que não aconteça esse fato mais porque não é justo”. Senhor Presidente: “os vereadores que concordam permaneçam como estão. O senhor vai votar, vereador José Guedes?”. Vereador José Geraldo Guedes: “vou votar a favor, mas que não aconteça mais”. Senhor Presidente: “aprovado, dez votos”. Vereadores que votaram a favor: Alessandro Luiz Bonifácio, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Ederson Sebastião Pinto, Fausto Niquini Ferreira, Flávio de Almeida, José Carlos de Oliveira, José Guedes, Silvânio Aguiar Silva, Tiago Almeida Tito e Wesley de Jesus Silva. Vereador José Geraldo Guedes: “porque isso traz muita desavença aqui na Câmara”. Senhor Presidente: “encaminho o Projeto de Lei Decreto Legislativo





nº 379/2019 à promulgação”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, questão de ordem. Quero imensamente agradecer a todos os vereadores que votaram. Muito obrigado, doutor Wesley de Jesus, porque entrou em todas as comissões. E quero lembrar ao povo que todas as homenagens que entrarem aqui são pagas pelo bolso do vereador, não é pela Casa, só para deixar isso bem claro, que é pelo bolso do vereador a homenagem que eu vou fazer para o Santa Rita de Cássia e a outras empresas que eu vou... Não precisa fazer cidadã, empresarial, entro com requerimento e faço uma homenagem. Tem vereador, no passado, que usava da Casa e fez várias homenagens, eu nunca falei um ‘a’. Mas o povo não tem memória curta, o povo não é bobo, eles sabem muito bem de quem eu estou falando. Então, muito obrigado, vereador Wesley, e a todos os vereadores”. Vereador José Geraldo Guedes: “Senhor Presidente, justifica de voto. Votei a favor porque o senhor prometeu retirar, porque não é justo um vereador... Para todos os nove vereadores é um por ano e para o outro vereador, não sei por que cargas d’água, são dois, três. O senhor me desculpa, vereador Coxinha, mas no passado, o senhor não fazia dez, ficava até chato, o tempo todo requerendo. Eu não sou contra, tanto é que eu votei a favor, mas desde que retire o outro. A lei aqui tem que ser seguida para todos. Obrigado”. 3) Projeto de Lei nº 1.823/2019, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Institui o Sistema ‘A Mulher na Política’, dispondo sobre medidas de incentivo à participação da mulher na atividade política e dá outras providências”. Em primeira votação, aprovado por nove votos. Vereadores que votaram a favor: Alessandro Luiz Bonifácio, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Ederson



Sebastião Pinto, Flávio de Almeida, José Carlos de Oliveira, José Guedes, Silvânio Aguiar Silva, Tiago Almeida Tito e Wesley de Jesus Silva. 4) Projeto de Lei nº 1.643/2017, autoria do vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, que “Autoriza a realização das ações de que trata o artigo 7º, inciso I da Lei Municipal nº 1.578, de 21 de dezembro de 1998, a serem realizadas pelo Município de Nova Lima, em conjunto com a Sociedade Civil Organizada, e dá outras providências”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Eu vou pedir vista neste projeto”. Senhor Presidente: “cedida vista para o vereador Wesley de Jesus”. 5) Projeto de Lei nº 1.776/2019, autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a regularização de edificações no município de Nova Lima e dá outras providências”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, pela ordem. Eu vou pedir adiamento de votação desse projeto”. Senhor Presidente: “adiamento?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “isto”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Eu fiz uma emenda, eu e o vereador Boi e o vereador José Guedes assinamos em conjunto; eu gostaria que Vossa Excelência encaminhasse cópia para os gabinetes para facilitar, que é exatamente... Tem? O vereador Tiago Tito que não recebeu a cópia da emenda”. Vereador Tiago Almeida Tito: “ah, está aqui”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “essa emenda vem trazer para o projeto uma visão diferenciada, que é isentar do pagamento das custas todo mundo que mora em ZEIS, ou seja, todo mundo que mora em bairro pobre de Nova Lima não vai precisar realizar pagamento para regularizar seu imóvel, e inclui aquelas pessoas que moram em condomínio que vão ter que pagar o valor que é justo. Então,



essa emenda está nesse sentido, convido os vereadores que quiserem assinar também, ficam à vontade. Só gostaria que Vossa Excelência encaminhasse para os gabinetes para avaliação dos vereadores”. Vereador Tiago Almeida Tito: “eu cometi um equívoco, as cópias já estão aqui, ela já entregou”. Vereador José Geraldo Gudes: “Senhor Presidente. Eu quero parabenizar o vereador Wesley pela iniciativa. Na reunião que teve na Câmara, eu estava enfermo, eu não pude comparecer. Quando o Ailton Otinha fez a explanação, quase que eu caí da cama, taxas de cinquenta mil; não é isso, vereador? Nós estamos nessa batalha aqui, quantos e quantos anos para regularizar os puxadinhos para os pobres no Cruzeiro, Cristais, Matadouro, onde o nosso povo pobre, assalariado vai pagar cinquenta, sessenta mil? Eu falei com o Vítor: ‘voto contra’ e o Vítor até concordou comigo que será isento. Eu falei: ‘não é possível, aí nós não estamos ajudando ninguém’. Essa batalha vem há anos. Eu travei esse projeto no passado recente por irregularidade, por penalizar o pobre. Quase noventa por cento da nossa região aqui em baixo tem puxadinho, porque quanto custa um terreno aqui em Nova Lima? Trezentos mil, duzentos mil. Que chance tem o salário mínimo, dois, três salários comprar um terreno, como? Nova Lima é um dos terrenos mais caros do Brasil, então tem que isentar mesmo. A prefeitura não precisa, eu já fiz as contas, a prefeitura ia deixar de arrecadar cinquenta milhões e daí? E penalizar quem não pode pagar cinquenta mil? Eu sempre vou lutar pelas classes menos favorecida. Essa da prefeitura eu não posso concordar. Para terminar, quando eu assisti pela TV Banqueta a explanação de Ailton Otinha aqui, eu passei mal; isso não é ajudar o pobre. O prefeito



concordou, fui até ele, conversei, expliquei, um montante desses não tem condições. Então, se for isento, esse projeto tem que passar na Câmara, do contrário, não pode passar. Já avisar aos vereadores para nós ficarmos atentos, não pode. Wesley, você está de parabéns pela sua emenda e ter me concedido, eu não gosto de solicitar participação porque isso é uma ideia de um vereador, mas nessa, eu solicitei do senhor e o senhor permitiu que eu e o Boi assinássemos, então muito obrigado”. Vereador Ederson Sebastião Pinto: “pela ordem, Presidente. Gostaria de pedir Vossa Excelência, Wesley, se eu pudesse assinar com você. Como eu sou morador da periferia, eu tenho certeza que muitos moradores do meu Bairro Bela Fama e Nossa Senhora de Fátima não têm condição de fazer esse pagamento”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “vereador Kim, vai ser um prazer, pode assinar sim”. Vereador Ederson Sebastião Pinto: “obrigado”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “é aquilo que eu falo, nós estamos aqui para tentar resolver os problemas. E qualquer um que quiser assinar a emenda, gente, fique à vontade. Nós temos que fazer esse projeto passar, fazer com que a população de Nova Lima que não tenha condição de pagar na sua regularização, não precise pagar, e permitir que aqueles que também queiram regularizar, mas tenham condição, paguem o valor que é justo”. Vereador José Geraldo Guedes: “Wesley, você poderia me dar um aparte?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “fica à vontade, vereador”. Vereador José Guedes: “estou esquecendo um detalhe. Nova Lima, nossa cidade, tem cada coisa que é de estarrecer. Eu vou voltar lá atrás, no negócio do IPTU. IPTU, o Vítor ia isentar dez mil e quinhentas moradias. Como eu, como vereador, posso concordar que um



apartamento de cinco, seis milhões, pague ao condomínio três mil reais, quatro mil, cinco mil e na divisa de Nova Lima, Belo Horizonte o IPTU é vinte mil. E não querem pagar cinco, sete; pagam quinhentos reais. É uma vergonha. Nós, vereadores, temos que olhar que a prefeitura vai viver do IPTU, o minério vai acabar, tudo acaba nesse mundo. Eu estou preocupado com o futuro dos meus netos, dos meus filhos, dos meus bisnetos lá na frente. Quando o minério acabar, acabou. Então, eu não sou contra não, eu desempatei com a consciência tranquila porque eu sabia que o prefeito Vítor ia isentar dez mil e quinhentos. Aí foram nos Cristais, na minha região, falar que eu estou a favor de IPTU. Estou sim a favor de aumento de IPTU não para os pobres e sim para aquelas pessoas que têm condições. Pessoas vieram falar comigo que deixaram de comprar apartamento em Belo Horizonte, vieram para Nova Lima porque em Nova Lima nós temos o ouro aqui, que são as nossas terras. Tiveram o descaramento de falar que vieram porque pagam o IPTU oitocentos reais. Onde tem isso? Nós não podemos, da classe média para baixo, pagar igual um apartamento de cinco milhões, três milhões, dois milhões. Só para terminar, eu não concordo com isso, me massacraram na imprensa o tempo todo. E daí? Eu desempatei, se tivesse uma outra ou dez votações igual aquela, eu desempataria porque isso é covardia, não existe em lugar nenhum. Eu estou frequentando o Biocor porque eu estou meio baleado, então eu converso com os médicos: ‘o senhor mora onde?’ ‘Nova Lima’. ‘O senhor mora onde?’ ‘Moro em Belo Horizonte’. ‘Quanto o senhor paga de IPTU?’ ‘Quinze, vinte mil’. Nova Lima: ‘eu pago oitocentos reais’. Eu não concordo com isso”. Vereador Álvaro Alonso Perez



Morais de Azevedo: “Presidente. Em respeito ao meu voto proferido naquela ocasião, eu tenho que me manifestar nessa oportunidade. Nem oito, nem oitenta. O fato da isenção do IPTU para a população que mais precisa é louvável, isso é fato, ninguém inclusive foi contrário aqui a isso. O problema é a forma como foi apresentado o aumento do IPTU e ainda bem que a justiça prevaleceu aqui, quando infelizmente da forma como foi aprovado aqui na Casa, a justiça proibiu a cobrança majorada de IPTU quando naquela ocasião, repetindo o que foi dito pelo vereador José Guedes, houve o empate, o senhor desempatou e a justiça proibiu que houvesse aquela segunda votação. Então, só para fazer jus porque eu votei de forma contrária ao aumento do IPTU e não acredito que errei naquela ocasião, só para fazer jus aqui ao meu voto proferido naquela época”. Vereador José Geraldo Guedes: “Senhor Presidente, eu fui citado. Não tem nada decidido na justiça ainda, não tem nada, está na justiça lá, está para resolver ainda e está ate demorando, não decidiram nada ainda não, então está lá em pauta, pelo o que eu sei, ainda não foi decidido. Espero que eles coloquem a mão na consciência, que em Nova Lima não pague vinte mil, quinze mil, dez mil, que pague cinco, sete. Então, é isso que eu queria dizer”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “um aparte, vereador?”. Vereador José Geraldo Guedes: “tem mais coisa para eu falar, mas eu vou ficar quieto senão vai acabar me prejudicando”. Senhor Presidente: “não fica muito nervoso não, Zé”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “um aparte, vereador?”. Vereador José Geraldo Guedes: “promotores, pessoas que moram em Nova Lima. Então, eu vou parar por aqui porque eu já sou muito prejudicado por defender a minha terra, porque eu não concordo



com isso definitivamente, eu não concordo. Aqueles redondinho lá em cima são cinco milhões, rapaz, sobe carro de elevador. Tem que pagar. Obrigado”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “um aparte, vereador?”. Vereador José Geraldo Guedes: “um aparte concedido”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “eu queria parabenizar o senhor. Eu falava ontem, com um grupo de servidores que eu estava atendendo, que cada um defende o público que ele acha que tem que defender. O senhor, de fato, naquela ocasião, defendeu um público que é o público mais pobre da cidade, o público mais humilde, mais simples e a área central de Nova Lima, como um todo. Então, estou aqui fazendo jus a isso, embora, hoje, eu tenha uma opinião diferenciada quanto à cobrança do IPTU da região das Seis Pistas, tendo em vista que já foi comprovado que a vinda do ISS para cá de Nova Lima supre o IPTU com a moradia. As pessoas, hoje, tem vindo para cá, morado ali e trabalhado ali do lado, então o ISS tem suprido um pouco essa questão do IPTU. Mas o senhor está de parabéns por defender aquele público que o senhor acha que o senhor deve defender”. 6) Senhor Presidente: “por deliberação plenária, coloco em votação o Projeto de Lei nº 1.828/2019, autoria do Poder Executivo, que “Revoga as Leis Municipais nº 2.285 de 16/07/2012 e nº 2.513 de 20/07/2015 e dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – COMPIR e do Fundo Municipal de Promoção da Igualdade Racial e dá outras providências”. Em primeira e segunda votações, aprovado por nove votos e encaminhado à sanção. Vereadores que votaram a favor nas duas votações: Alessandro Luiz Bonifácio, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Ederson Sebastião Pinto, Flávio de Almeida, José



Carlos de Oliveira, José Guedes, Silvânio Aguiar Silva, Tiago Almeida Tito e Wesley de Jesus Silva. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente, justificativa de voto. Eu quero dizer que nós temos um débito com a população negra desse país, com os pretos. Quero desejar à Coordenadoria da Igualdade Racial, na pessoa da Janaína Perez e do Tom, que utilizem desse Conselho para fazer justiça social e política pública para tentar reduzir os impactos que nós tivemos a longo prazo. Então, fica o meu desejo de boa sorte, que esse Conselho seja composto principalmente por pessoas que tenham o comprometimento com a causa em Nova Lima”. Vereador José Guedes: “Senhor Presidente, eu gostaria de dar um aviso. Reunião da comissão, segunda-feira, às oito horas, vereador Tito, vereador Kim. Obrigado”. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos: 1) Autoria do vereador José Guedes: Requer ao Executivo Municipal que determine a disponibilização de viaturas da Polícia Militar ou da Guarda Municipal no horário de saída das turmas da Escola João Felipe da Rocha. Em discussão, o vereador José Guedes: “Senhor Presidente. Há mais ou menos quinze dias atrás, aconteceram alguns fatos, próximo à Escola João Felipe da Rocha, são coisas de assustar. Eu estava vendo o vídeo, alunos subindo nos carros, parando os carros para fotografar os motoristas, cerca de duzentos, trezentos alunos impedindo. Então, eu gostaria que acrescentasse, não só no João Felipe da Rocha, em todas as escolas de Nova Lima, mesmo que não aconteçam alguns fatos com os alunos, mas tem uma garantia ali de a Guarda olhar o trânsito. Então, eu assustei quando eu vi o vídeo naquela escola, uma escola tão boa. Os vizinhos me pediram que





fizesse esse requerimento, eles estão apavorados. Atingindo as pessoas com palavrões. Isso não pode acontecer em nossa cidade. Obrigado”. Requerimento aprovado por cinco votos. 2) Aatoria do vereador José Guedes: Requer que a prefeitura propicie instalação de espaço kids e espaço coberto para mesas de jogos de tabuleiro e academia popular com aparelhos para portadores de necessidades especiais na Praça do Bairro Areião do Matadouro. Aprovado, seis votos. 3) Aatoria do vereador José Carlos de Oliveira: Requer ao Prefeito Municipal, com intuito de atender à demanda da população de Nova Lima, que disponibilize recursos financeiros para que seja construída uma pista de caminhada e corrida na lateral interna do passeio da Avenida Canadá, no Bairro Jardim Canadá, em Nova Lima (adotando como modelo as limitações de espaços para os esportistas, adotadas na Avenida Bandeirantes, em Belo Horizonte). Aprovado, oito votos. 4) Aatoria do Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: Requer ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal que encaminhe ao Poder Legislativo Municipal as seguintes informações e documentos: Cópia da íntegra do Processo Licitatório – Concorrência Pública nº 004/2003, incluindo o respectivo projeto básico e a proposta da empresa concessionária que subsidiaram a elaboração do contrato de concessão dos serviços públicos de transporte coletivo nº 001/2004, firmado entre o Município de Nova Lima e a empresa PH Transportes e Construções Ltda./Via Ouro, em 03/03/2004; Cópia de todos os termos aditivos e documentos que os subsidiaram (planilha de custos, requerimentos, laudos, estudos, etc.), firmados entre o Município de Nova Lima e a concessionária Via Ouro, até o mês de setembro/2019; Cópias de eventuais notificações



e/ou processos administrativos instaurados pelo Município em face da concessionária, até o mês de setembro/2019; Esclarecimentos a respeito da prorrogação do Contrato de Concessão nº 001/2004, bem como seja informado o período de prorrogação e os motivos que a ensejaram; Cópia dos documentos que comprovem que não houve, até 02/03/2014, a devida amortização dos investimentos realizados pela concessionária, única hipótese a autorizar a devida prorrogação; Esclarecimentos sobre o cumprimento ou não de todas as cláusulas contratuais e condições editalícias por parte da concessionária, concernente ao transporte coletivo urbano de passageiros no Município de Nova Lima. Aprovado, oito votos. 5) Aatoria do vereador Alessandro Luiz Bonifácio: Requer ao Prefeito Municipal a instalação de academia ao ar livre no Bairro Cariocas. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Vereador Coxinha, eu vou votar com Vossa Excelência, embora o prefeito já tenha prometido isso na inauguração lá, não é? Já pediu, o prefeito já falou que ia fazer, mas eu vou votar com Vossa Excelência nisso”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “obrigado”. Requerimento aprovado por oito votos. 6) Aatoria do vereador Alessandro Luiz Bonifácio: Requer que esta respeitosa Casa envie moção de aplausos à Sra. Celita de Jesus Santos em razão dos seus 90 anos de idade. Aprovado, oito votos. Vereador Fausto Niquini Ferreira: “eu tenho uma moção de aplausos”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “eu tenho dois verbais”. Vereador Tiago Almeida Tito: “eu também tenho um verbal”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu também tenho dois requerimentos verbais, se o senhor me permite”. Senhor Presidente: “o senhor vai fazer



um em nome da Casa; não é?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “um deles sim, mas vou esperar”. Vereador Ederson Sebastião Pinto: “eu tenho um verbal, Presidente”. O Senhor Secretário proferiu leitura da moção de aplausos de autoria do vereador Fausto Niquini Ferreira: “Moção de aplausos. Que a Câmara Municipal, através da sua Mesa Diretora, envie moção de aplausos ao Grupo da Terceira Idade ‘Viva a Vida’. O grupo foi fundado no dia vinte e sete de setembro de mil novecentos e noventa e quatro e, portanto, faz as suas bodas de prata. Conto, portanto, com o apoio dos nobres pares para aprovação desta importante moção. Assinou o vereador Fausto Niquini”. Senhor Presidente: “em discussão a moção de aplausos”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, eu queria pedir ao senhor a gentileza se eu poderia assinar em conjunto com o senhor?”. Senhor Presidente: “claro”. Vereador Tiago Almeida Tito: “porque realmente é um grupo que vive mantido pelos seus próprios membros, ele já teve apoio governamental, faz um trabalho magnífico em relação à terceira idade, a melhor idade que hoje a gente fala de forma popular e, quase sempre, sem muito incentivo, mas com muita persistência dos seus membros. Até cumprimentar aqui o Miranda que é um dos seus membros também que, com muita maestria, conduz ainda o coral que lá tem, eles sempre estão nas missas, quando você convida para apresentação na comunidade, eles vão com o maior prazer, sem te cobrar nenhum centavo. Eu que é uma justa homenagem que o senhor está fazendo, eu acho que a gente deveria pensar até mais, talvez em fazer uma condecoração, uma homenagem para eles aqui, nessa Casa, porque realmente é um grupo que merece mesmo todas as homenagens do município”.



Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, também quero cumprimentá-lo e se o senhor me permite, gostaria também de assinar junto, fazendo inclusive coro com as palavras do vereador Tiago Tito, porque realmente eles trazem mais harmonia, mais alegria nas missas, nas ações culturais da nossa cidade. Miranda é federal”. Senhor Presidente: “em discussão a moção de aplausos dos vereadores Fausto Niquini, Tiago Tito e Silvânio Aguiar. Vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, oito votos. Senhor Presidente: “Requerimento verbal. Que o Poder Executivo, através da Secretaria de Meio Ambiente, realize poda de árvores na Avenida Professor Aldo Zanini, altura do nº 180, no Bairro dos Cristais. As respectivas galhas das árvores estão podres, caindo em cima da fiação de energia, causando transtornos aos moradores do local. Conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação dessa solicitação e com a compreensão do Poder Executivo para realizar o meu pedido. Em discussão, em votação o requerimento verbal do vereador Fausto Niquini. Vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, oito votos. Próximo requerimento verbal, vereador Silvânio Aguiar”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, esse meu requerimento contempla moradores da região do São Sebastião das Águas Claras que, na época oportuna e temporal, deixaram de fazer o processo de cadastro para o recebimento de voucher em função do acontecido lá. Naquele momento esses moradores deixaram de fazer o cadastramento por acreditarem que possivelmente nada aconteceria. No entanto, ao entenderem o impacto e o prazo de interferência da Vale na vida dos moradores, esses foram à Promotoria do Município para preencherem o



formulário para habilitação. E tem um procedimento que tem que ir à Secretaria de Desenvolvimento Social do Município que é a secretaria que faz esse cadastro. Ao se dirigirem ao CRAS, esses moradores foram impedidos de fazer o cadastro e serem incluídos no processo de reparação. Só com relação a esse cadastro, eu queria deixar claro e até porque a gente sabe aqui como que as coisas chegam ao ouvido das outras pessoas. Deixar claro aqui que o Secretário de Desenvolvimento Social, que faz um trabalho que eu admiro, que eu considero muito, ele não tem, de maneira nenhuma vamos, dizer assim, culpa nisso. É a própria Vale que deu uma orientação que esse cadastro não era para ser feito mais, então eles estão seguindo uma orientação da empresa. Então, eu não estou fazendo aqui uma crítica ao trabalho do secretário não, nem do secretário, nem do seu corpo técnico que, por sinal, tem feito um trabalho muito bem feito na cidade. A região hoje recebe um grande fluxo de caminhões, funcionários, movimentação de terras e construções que tem causado enormes transtornos a essa população, isso é sabido por toda a nossa cidade. Diante do exposto, solicito ao Executivo que, ainda que não seja orientação da empresa, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social contemple esses moradores com a inclusão dessas pessoas no cadastro em acordo com a legislação vigente e remeta esse cadastro para a empresa Vale. Lembrando que a decisão de pagamento ou não, das indenizações e voucher depende da Vale e não da Secretaria. O que está acontecendo hoje é que a Secretaria está se negando a fazer o cadastro em função dessa orientação da empresa. O que a gente pede, o que os moradores tem me solicitado, inclusive fizeram isso na audiência



que aconteceu da CPI que está em Brasília tratando esse caso, eles fizeram essa mesma solicitação lá e essa CPI vai mandar uma orientação para a Prefeitura de Nova Lima para que se faça isso. Eu penso que é uma forma de a gente antecipar se vier uma orientação dessas, é lógico que a prefeitura, com seu corpo técnico, vai analisar se vale a pena ou não atender, se ela deve ou não atender, mas eu não percebo assim o porquê de não fazer o cadastro. E a Vale que faça o julgamento dela, já que as pessoas de fato precisam desse cadastro. É o meu primeiro requerimento, Senhor Presidente”. Aprovado por oito votos. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, antes de fazer esse requerimento, eu quero cumprimentar a direção da Creche Lar da Esperança, hoje nós estivemos lá, eu e meus assessores, e a gente pôde perceber como que houve uma evolução, o que aliás tem acontecido na rede pública de ensino do município, uma evolução muito grande na qualidade do ensino, na qualidade do atendimento e a gente pôde perceber isso lá. Não é o meu requerimento, eu estou só fazendo um comentário e eu quero fazer esse comentário porque a gente sabe que muitas das coisas que acontecem nesses espaços escolares são feitas pelo próprio corpo técnico, é a professora que faz um evento, arruma tinta, pinta e faz. Então, é só mesmo uma manifestação aqui de reconhecimento minha e acredito que da maioria dos vereadores a esses profissionais que sempre lutaram em favor da população que eles atendem. Agora, sim, vai o meu requerimento: que a Secretaria Municipal de Educação encaminhe a essa Casa Legislativa o cronograma de execução e atividades desenvolvidas e, caso haja, apresente também avaliação de resultados provenientes da Lei 2574/2017, de minha



autoria, que preconiza empreendedorismo e a iniciação a noções de direito no contra turno das escolas municipais. Senhor Presidente, senhores vereadores, essa lei foi votada em dois mil e dezessete aqui, foi proposta e essa Casa aprovou por unanimidade que se fizesse a iniciação a Direito, noções básicas de direito nas escolas e empreendedorismo. Como o senhor, Presidente, sabe disso, o vereador José Guedes que aqui já está nos seus vários mandatos, o Flávio não está agora, vereador Coxinha, muitas vezes a gente cria uma lei que é muito interessante, mas a gente não cobra a execução dessa lei e ela fica perdida, o senhor tem leis nesse caso que são assim, a gente cria, são interessantes para a população, mas que a administração não executa. Então, o que eu estou pedindo aqui, eu tenho certeza que a Secretária de Educação muito possivelmente está executando essa lei, mas para que a gente tenha ciência do que está sendo feito, como está sendo feito e os resultados que a gente almejava aqui, é a Casa, não sou eu só o vereador, porque os dez vereadores votaram. Então, os resultados que isso trouxe em benefício da população, eu gostaria que fosse apresentado em números e em ações aqui para a gente na Casa Legislativa. E eu gostaria de colocar aqui um prazo de quinze dias para que esse relatório fosse apresentado para a Casa Legislativa".

Aprovado por oito votos. Vereador Ederson Sebastião Pinto: "um verbal, Presidente. Gostaria de pedir ao Poder Executivo que sejam plantadas árvores em torno dos campos de futebol da cidade para trazer mais conforto aos torcedores". Senhor Presidente: "muito bem. Kim". Vereador Ederson Sebastião Pinto: "sombra, Presidente". Senhor Presidente: "sombra e água fresca". Requerimento aprovado por oito votos. Vereador



Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Eu tenho dois requerimentos. Eu vou aproveitar que eu estou vendo aqui o Flávio, presidente da associação do Areião, vou cumprimentar Dona Matilde que está sempre aqui, nossa parceira de longa data. Nós tínhamos iniciado uma discussão, um pedido para refazer a CPI das Terras novamente. Então, eu até convido o vereador Coxinha, autor da última, se ele quiser assinar junto comigo esse requerimento. O requerimento é no sentido da abertura de uma CPI, cujo objeto é a verificação documental de propriedades de terras de todas as mineradoras situadas em Nova Lima, bem como a qual título foi obtido tais terras, propriedade e posse dessas terras. Eu acho que é pertinente que nós venhamos a rediscutir essa questão. Eu tenho visitado algumas áreas em Nova Lima, estive nos Maias, por exemplo, na semana passada, para rever uma parte de umas ocupações que lá foram feitas, já estive lá em outras oportunidades com o vereador Silvânio e vejo que nada avançou nos últimos anos no que diz respeito à regularização e ao acolhimento daquelas famílias. Ali tem uma situação muito mais atípica que eu vou trazer mais para frente, que nós estamos à beira de uma serra que tem o tombamento e tem como fazer o corte ali na área de amortecimento, ou seja, tem como trazer algumas soluções. Então, eu peço Vossa Excelência que coloque novamente em Plenário a votação dessa CPI, com esse objetivo, com esse objeto, porque a partir dele, nós vamos conseguir abrir uma série de discussões na cidade, inclusive, para resolver problemas antigos aqui das áreas de ocupações de Nova Lima”. Senhor Presidente: “atendendo à solicitação do vereador Wesley de Jesus para a abertura de uma nova CPI. Vereadores que concordam





permaneçam como estão”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, pela ordem. Eu queria só sugerir ao vereador e não é, vereador, de forma nenhuma, com tom irônico não, de forma nenhuma, mas que a gente inclua nessa CPI, já que é CPI das Terras, as terras da COHAB também na região do Oswaldo Barbosa Pena, para a gente entender quem são os donos e se elas estão servindo ao interesse social e também à habitação de interesse social. Só colocar no objeto também que a gente analisa também”. Senhor Presidente: “atendendo à solicitação do vereador Tiago Tito para que seja incluso as terras da COHAB, no Oswaldo Barbosa Pena. Vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, oito votos”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Só esclarecer aqui, vereador, que eu não sou defensor da COHAB não. Do jeito que o senhor fala, parece que eu sou defensor da COHAB. Sou defensor de moradia, é muito diferente”. Senhor Presidente: “aprovado, oito votos. Com a palavra o vereador Coxinha”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “não, era para participar com ele da... Mas isso nós...”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “eu aproveitei da oportunidade, Presidente, para cobrar a Vossa Excelência, de novo, a audiência pública que vai discutir a instalação de torres de alta tensão da TAESA. Cobrei semana passada, estou cobrando de novo. A empresa está fazendo instalação das redes de um grande empreendimento licenciado pelo Estado, não passou pelo município de Nova Lima, não tem nenhuma contrapartida para o município. E os bairros nos quais ela vai passar que é Galo, Bela Fama...”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “você está certo, estão falando que já está construindo”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “já está,



mas a gente tem que fazer uma audiência pública para discutir, depois que colocar o fio não tem como fazer mais nada. Para o município de Nova Lima não tem uma contrapartida. Isso vai atrapalhar sinal telefônico nos bairros, isso vai atrapalhar uma série de coisas e para nós, que estamos naquela beirinha ali, é uma situação complicada”. Senhor Presidente: “agilizar para marcar. Já foi encaminhado para a Comunicação, vereador”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “meu segundo requerimento é que a Prefeitura Municipal é ré em uma ação da cesta básica e parece que ficou infrutífero o acordo com o sindicato de pagar os valores de quatro mil e duzentos para os funcionários, que está sendo discutido o valor da multa de cem ou quinhentos reais. Para que a prefeitura peça ao juiz da causa que permita que aqueles funcionários que não queiram discutir a multa, que pode levar dois, três, quatro, cinco anos, possa fazer o levantamento do valor que corresponde a cada um, de quatro mil e quatrocentos”. Vereador José Carlos de Oliveira: “Wesley, eu queria te pedir se eu posso assinar com o senhor?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pode assinar, vereador Boi”. Vereador Ederson Sebastião Pinto: “pela ordem, Presidente. Vossa Excelência, de novo, eu gostaria de assinar com o senhor”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pode assinar, Kim. Eu sei que essa é uma luta sua e do Boi também. Pode assinar, fica à vontade”. Vereador Ederson Sebastião Pinto: “obrigado”. Vereador José Geraldo Guedes: “Wesley, você podia fazer o favor de repetir”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “eu vou explicar, José Guedes. É o seguinte, a prefeitura foi condenada em pagar a cesta básica para todos os funcionários, o período que não foram pagas. Justo, era a previsão legal,



justo. Existe uma lei de honorários advocatícios lá, e eu não estou aqui falando de advogado, o sindicato vai receber de honorários sucumbenciais, que a parte contrária paga, um milhão e oitocentos mais os honorários que vão cobrar do cliente, então já se tem aí um valor de honorários bem altos. E existe uma discussão, o valor básico que são os quatro e quatrocentos, a prefeitura já concordou em pagar, que é cento e cinquenta por mês para cada um. Só que existe uma multa que varia de cem a quinhentos reais por atraso e um valor também de honorário advocatícios. O sindicato levou adiante essa discussão, não fez o acordo quanto ao pagamento e vai se iniciar a execução desse valor, que pode gerar uma série de recursos, pode levar anos. O que eu estou pedindo? Aquele funcionário público que não é sindicalizado ou que é sindicalizado que quiser receber o valor dele sem essa discussão de imediato, já que tem recurso para pagar, que o juiz autorize. Só que nós não podemos fazemos um pedido para o juiz, quem tem que fazer isso é o sindicato ou a prefeitura. Como o sindicato não aceitou, acho difícil ele fazer. Então, eu estou pedindo ao poder público municipal que peça, em juízo, que aqueles funcionários que queiram receber o valor, possam receber, independente de o sindicato querer tocar a ação ou não; toque só para aqueles que queiram de fato rediscutir. Quem quer discutir a multa, que discuta um ano, dois anos, três anos e aqueles que não queiram já possa fazer o levantamento dos valores”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “vereador, um aparte? Eu tenho uma dúvida, considerando que isso aconteça, os servidores que concordarem em receber, desconsiderada a multa, eles vão receber o valor integral, ou seja, à vista e quando? O



senhor sabe informar?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereador, porque a sua pergunta contempla a minha, então é só para zerar, a minha pergunta também seria essa, porque tem uma discussão, pelo menos no meio dos servidores, que a discussão não é somente essa dos honorários, é que o prefeito quer dividir isso de uma quantidade maior. Então, a minha dúvida é só para o servidor que de repente está assistindo a reunião agora, não entender que passando aqui, amanhã ele está recebendo. Mas contempla a fala dele”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “a cesta básica tem hoje o valor de dezessete milhões de reais, com o valor da multa que está sendo discutido, passa para quarenta milhões, então aumenta e muito. É uma discussão que, infelizmente, a prefeitura vai dar seguimento, até onde eu entendi. Já existe um depósito, que o fundo de participação do município foi dado como garantia, então o valor do fundo já está sendo depositado em juízo, que já tem lá aproximadamente nove milhões. O prefeito ia complementar, e aí no acordo seria até janeiro, fazer o pagamento do valor integral da cesta básica, começando por quem recebe menos até quem recebe mais. Então, aquela pessoa que recebe em Nova Lima mil reais, ela vai ser uma das primeiras a serem contempladas com valor e ele teria que complementar o valor de aproximadamente mais oito milhões. Ou seja, até janeiro, mais tardar fevereiro, daria para pagar todo o valor principal. Só que, como o autor é o sindicato, não há possibilidade de fazer o pagamento parcial, a não ser que haja uma autorização judicial solicitada por uma das partes”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereador, o senhor me permite?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “fica à vontade”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu vou fazer mais uma



pergunta ainda dentro do mesmo questionamento do senhor, quando o senhor fala assim, o valor é dezessete milhões, que é o valor total, só porque eu tenho certeza que o servidor está ouvindo agora a nossa conversa, esses dezessete milhões dariam um valor de quanto para cada servidor?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “média de quatro e quatrocentos para cada servidor”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “ótimo, quatro e quatrocentos. O senhor está dizendo agora que, pela proposta do governo, ele pagaria esses quatro e quatrocentos até janeiro do ano que vem”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “começando agora”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “começando agora até janeiro do ano que vem, começando dos servidores que recebessem menos. E a discussão seria das multas e essa coisa toda, mas quatro e quatrocentos o servidor receberia, de acordo com o que ele ganha, imediatamente. É isso mesmo?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “isso mesmo”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “perfeito”. Vereador Tiago Almeida Tito: “me dá um aparte? Aproveitar e tirar uma dúvida, porque você falou também de multa e tem a parte do reajustamento mesmo dos valores, aí não é multa. O valor que você está colocando é o valor bruto daquilo que foi do dia que suspendeu até o dia que foi promulgada a reforma. O reajustamento estaria dentro desse acordo ou não? Aí seria o valor bruto mesmo”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “essa pergunta eu não consigo te responder, vereador, o reajuste eu já não sei se está aí dentro”. Vereador Tiago Almeida Tito: “porque eu acho que isso é fundamental, porque eu tenho certeza que o servidor, da forma que o senhor está colocando, vai aceitar, sem dúvida nenhuma, desde que se tenha o reajustamento e deixe de lado a multa”. Vereador



Wesley de Jesus Silva: “o senhor me permite? É o seguinte, o valor do principal não tem discussão, tanto o sindicato, quanto a prefeitura já concordam com valor do principal, que são os quatro e quatrocentos, deve ter o reajustamento porque o sindicato concordou. A discussão está em base do valor da multa e do valor dos honorários advocatícios que serão cobrados, são esses dois valores que não chegaram em consenso ainda. O valor principal, eu parto do pressuposto que já deve ter reajuste porque o sindicato aceitou o valor principal”. Vereador José Guedes: “Wesley, você me dá um aparte?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “você vai quebrar o sindicato, mas os servidores todos vão aceitar”. Vereador José Guedes: “eu sou um vereador que na rua eu não posso passar, sem que um funcionário da prefeitura me interrogue. Eu procurei o prefeito Vítor, a metade do montante já está depositada e ele me garante que até janeiro, fevereiro, ele paga o resto, quatro e quatrocentos. Só que está tendo uma resistência por parte do sindicato, fizeram reuniões. Eu vou dar um conselho para os funcionários: recebam os quatro e quatrocentos e rapidinho, porque se for para a justiça, vai ficar três, quatro, cinco ou dez anos. Eu recebo pela prefeitura, eu sou aposentado, trabalhei lá quarenta anos, eu tenho também esse direito, eu vou receber os meus quatro e quatrocentos porque a justiça é morosa. Quantas e quantas vezes nós fomos ao Cassinho e pedimos para ele não fazer esse corte, eu fui umas dez vezes. Ele fez o corte. É lei, é direito, tem receber. O conselho que eu tenho aqui, conselho honesto, é que o pessoal vá lá e receba. Pelo o que eu sei, o sindicato queria por ordem alfabética e o Vítor bateu o pé, ele quer os menores salários primeiro. Então, já está depositada a metade e o restante



até fevereiro, janeiro, ele vai pagar, já tem este dinheiro lá. Então, o que eu posso fazer é isso. Aquelas pessoas que ficam me perguntando, eu estou tomando uma cerveja, eu estou na rua, funcionário da prefeitura está voando, a não ser os que participaram da reunião, que foi uma reunião pesada, tem as gravações, uma reunião pesada. Então, o sindicato tem que botar a mão na consciência que ele tem que defender realmente os funcionários, mas nessa parte está tendo outros interesses. Não estou dizendo que é interesse do sindicato não. Está tendo outros interesses porque vai ter as multas, quem vai levar isso é o advogado que vai defender a causa. Obrigado”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente. Agora eu não vou recordar a data, mas foi semana passada ou retrasada, teve uma assembleia do sindicato no auditório da associação comercial e, na verdade, não foi o sindicato que foi contra essa proposta apresentada pelo governo. Pelo o que me consta, houve uma votação, onde cada servidor presente teve a oportunidade de se manifestar se era favorável ou contra. E no resultado dessa votação, setenta por cento dos servidores foram contrários a essa proposta apresentada pelo governo, portanto, não estou colocando aqui que foi sindicato que decidiu, foram os próprios servidores. Em respeito à manifestação dos servidores, eu vou me colocar contrário ao requerimento do vereador para respeitar a vontade proferida por todos eles, quando da realização da assembleia”. Vereador José Guedes: “Senhor Presidente, só para finalizar, eu não sei a quantidade dos funcionários que compareceram lá. São quatro mil e poucos funcionários, vamos dizer assim, cem funcionários não podem decidir por quatro mil e poucos empregados. A minha opinião



é essa, o conselho fica aqui. Eu vou votar a favor. Pessoas que ganham um salário mínimo, quatro mil e quatrocentos vão ajudar demais. Só para finalizar, Senhor Presidente. Meu conselho é que façam esse acordo, recebam isso, porque quando cair na justiça, eu tenho causa na justiça há trinta anos, vinte anos e não resolve nada. Obrigado”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “Presidente. Só ressaltando que para aqueles que não queiram continuar ou queiram continuar com a defesa do sindicato para discutir a multa, três mil e pouco, dois mil e pouco, que eles possam continuar discutindo, que é direito deles também. Eu não quero abrir mão de nenhum dinheiro, então você tem o direito de dar continuidade. Só finaliza a ação para aqueles que queiram tirar agora o dinheiro. Eu acho que é uma forma mais justa. Só pontuando aqui que eu não estou fazendo crítica nenhuma ao sindicato, à pessoa da Érica, à pessoa da diretoria, ela tem a representatividade dela, e eu falo que nós temos que respeitar a opinião daqueles que... Eles sabem o que estão fazendo, ela foi eleita para representar uma categoria e acredito que as decisões do sindicato são embasadas naquilo que ela entende que ela tem que defender. Então, é uma pessoa muito séria, à frente do sindicato, não nada para falar dela, enquanto presidente. Eu só acho que seria mais justo que aquelas pessoas que não concordam com essa decisão da assembleia ou do sindicato, possam fazer a sua própria escolha e retirar o seu próprio dinheiro que já é um direito adquirido numa ação com trânsito em julgado e finalizado”. Senhor Presidente: “em discussão o requerimento do vereador Wesley de Jesus. Vereadores que concordam permaneçam como estão. Um voto contra e seis favoráveis”. Vereador José Guedes: “Senhor





Presidente, justificativa de voto. Eu quero dizer que eu não sou contra o sindicato, o sindicato tem que defender a classe mesmo. Só que a opinião deste vereador, para as pessoas mais humildes, as pessoas que às vezes não sabem entender muito as leis, é que deva receber. Isso é opinião minha. Então, aquele que quiser ingressar na justiça, as portas estão abertas, que possam. Esse dinheiro vai ajudar muitas famílias”. Vereador Tiago Almeida Tito: “é uma moção de aplausos. Só antes também cumprimentar o Flávio aqui, o presidente da associação do Areião do Matadouro, que com muito brilhantismo, com muita luta, tenta defender aquela comunidade, principalmente das decisões arbitrárias da AngloGold. Moção de aplausos para o senhor Antônio Carlos Mendes Barbosa por seus relevantes serviços prestados como diretor na Casa de Recuperação AMA. Senhores vereadores, essa minha iniciativa de propor a moção tem como objetivo reconhecer os relevantes serviços prestados pelo senhor Antônio Carlos Mendes Barbosa, como diretor da Casa de Recuperação AMA, que fica no município de Caetanópolis, atendendo atualmente cerca de vinte cidadãos e os ajudando na luta contra a dependência química, sem custo algum para a família dos internos. Importante ressaltar que apesar de estar localizada em Caetanópolis, a Casa de Recuperação atende, em sua maioria, cidadãos nova-limenses. O objetivo principal é ajudar em sua plena recuperação, lhes recolocar na sociedade e, a partir daí, levar a vida de forma mais digna. Na Casa de Recuperação são servidas cinco refeições diárias e os internos prestam serviços, cuidando dos animais e das hortas existentes no local. Aproveito mais uma vez para parabenizar por esse trabalho que é feito de forma silenciosa e tem grande



importância para a nossa comunidade, apesar de grande relevância, é um trabalho que dificilmente vemos ser feito por outras pessoas ou entes públicos da nossa cidade. Isso é verdade, trabalhar com esse público de recuperação, seja na questão do álcool ou das drogas, muito difícil alguém ter a coragem de assumir um trabalho como esse. E aqui eu estou falando do Tonicão, então por isso, eu faço essa moção a ele pelo trabalho e principalmente por esse carinho que ele tem com as pessoas da nossa cidade que ele leva até essa Casa de Recuperação para se tratarem”. Aprovado, oito votos. Senhor Presidente: “próximo requerimento”. O Senhor Secretário proferiu leitura: “moção de pesar da Casa. No dia 11 de setembro perdemos o fundador e diretor do Biocor Instituto, Dr. Mário Osvaldo Vrandecic Peredo. Formado em julho de 1965 pela Faculdade de Medicina da UFMG, com especialização na América do Norte onde, durante 12 (doze) anos consecutivos, obteve o título de Cirurgião Cardiovascular e Torácico, atuando em renomadas instituições que incluem a Cleveland Clinic, Henry Ford Hospital, Mount Sinai School of Medicine, Harvard University-Boston Children Hospital. Essa experiência profissional, além do conhecimento e da capacitação técnica, rendeu a Mário Vrandecic o contato com pesquisas em tecidos biológicos, sendo determinante na formação da sua visão como pesquisador de produtos cardiovasculares, com inúmeros estudos e várias patentes registradas, das quais se destaca a bioprótese cardíaca Porcina, feita em Belo Horizonte, em uso clínico desde 1980, e que até hoje, é o único produto ou substituto valvar implantável fabricado fora do território norte-americano aprovado e utilizado nos Estados Unidos. Autor de publicações diversas na sua especialidade



cirúrgica, divulgadas no Brasil e no exterior, o idealizador, empreendedor, fundador e Diretor Geral do Biocor Instituto, Dr. Mário Vrandecic deixa seu nome gravado na medicina e nos corações de seus colegas de profissão, funcionários, amigos, familiares e, em especial, no coração de cada paciente que recebeu o seu bom dia, seu aperto de mão e o seu olhar otimista que tanto fez diferença em cada tratamento. Incentivador da medicina integrada e informatizada, no atendimento humanizado e na melhoria contínua, Dr. Mário é daquelas pessoas que passam pela vida e recebem o título de insubstituíveis”. Vereador José Guedes: “Senhor Presidente. Eu, como vereador, tive a felicidade de apresentar o projeto de Título de Cidadão Honorário para o senhor Mário Vrandecic Peredo, proprietário de um dos maiores hospitais do Brasil e que visitava, diariamente, todos os pacientes. Eu me lembro muito bem quando a prefeitura doou o terreno, uma das melhores doações que teve em Nova Lima foi a doação para o Biocor, eu achava aquele nome esquisito na época. Então, às vezes, o município tem que ajudar os empresários sérios, não pessoas que ganharam terreno, passou dez anos, venderam. Ao contrário, o Dr. Mário foi ampliando, aquilo é um dos melhores hospitais do mundo. Então, foi uma grande perda o falecimento do Dr. Mário. Eu já procurei saber, a sua filha é médica, o seu filho é médico, e ela vai tomar conta e vai dar conta daquilo ali, ela já está tomando conta. Ele encaminhou os seus filhos para a medicina, são capacitados. Nova Lima, principalmente, precisa muito daquele hospital. É um dos hospitais de referência no Brasil. Obrigado”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente. Essa moção de pesar que a gente emite para a família do Dr. Mário, a gente faz isso muito consternado.



Porque assim como o vereador Zé Guedes falou, aliás, ele resumiu muito bem a pessoa do Dr. Mário. O desenvolvimento da região das Seis Pistas, com certeza, nasceu com Dr. Mário. Ali nós temos hoje mais hospitais, nós temos ali faculdades, nós temos hotéis, tudo nasceu em torno do Biocor. Apesar da consternação da gente ao emitir essa moção, a filha dele, na época da morte, no dia do enterro, ela dizia para mim e pediu que transmitisse para vossa excelência que a última homenagem que ele recebeu, em vida, ele recebeu por essa Casa, no Teatro Municipal, muito recentemente, nós estivemos presentes. Então, assim, é um reconhecimento para a pessoa, é um reconhecimento para a instituição, mas mais do que isso, é a eternização do nome dele para o desenvolvimento, para o crescimento, para a contribuição da cidade de Nova Lima. Faço isso com muita tristeza, a Casa faz”. Senhor Presidente: “o Dr. Mário tinha uma característica, todas as manhãs ele passava em todas as enfermarias, todos os apartamentos e cumprimentava todos os doentes. Isso é uma marca. Hoje é raro. Eu que sou da área, infelizmente, você pode contar nos dedos quando você acha um médico com o coração do tamanho do Dr. Mário. Dr. Mário foi fundador do Hospital Biocor, foi fundador da fábrica de válvulas cardíacas, a estrutura inicial é a válvula do coração do porco, então foi fundador dessa fábrica. E fundador recentemente do Oncobio. No dia que nós fomos entregar o convite para ele, ele não estava recebendo mais visitas, naquela semana foi realizado o primeiro transplante de medula no Oncobio. Então, um médico muito humano, com uma visão empreendedora maravilhosa. Então, fica aqui a nossa moção de pesar, mas também com alegria, o que o Dr. Mário passava para gente



era isso. Morreu tão jovem, com setenta e seis anos, mas pode ter certeza que ele cumpriu muito bem a missão dele aqui nessa terra. A moção de pesar vai sair em nome da Casa, então não precisa votar”. Vereador Ederson Sebastião Pinto: “meu segundo requerimento, Presidente. Moção de aplausos para o André, da Secretaria de Desenvolvimento. Depois de várias pessoas de Honório Bicalho, do Bairro Maia, me procurar, fizemos reuniões com ele umas duas, três vezes, ele fez o projeto e, graças a Deus, bastantes famílias já foram favorecidas, graças a Deus, já tem água em casa, a Copasa já colocou água lá. Então, essa moção de aplausos é para ele. Para ele tentar o mais depressa possível também resolver a água para o pessoal do Campo do Pires”. Aprovado, oito votos. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, só lembrar aqui e parabenizar mais uma vez a Casa, em nome do Presidente Dr. Fausto, pelo CAC”. Senhor Presidente: “Centro de Atendimento ao Cidadão”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “vai ser de boa glória aqui para o cidadão nova-limense. Vou repetir, gente, está esgotando o prazo da biometria e poucas fizeram ainda, infelizmente”. Senhor Presidente: “só em torno de trinta por cento”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “e hoje, graças a Deus, a Casa acaba de inaugurar o CAC, que as pessoas podem vir e agendar a biometria. Mas eu estou passando para os dez vereadores, é preocupante essa biometria, porque não passou de sessenta por cento ainda”. Senhor Presidente: “eu acho que é interessante a gente divulgar porque a acessibilidade da Câmara é muito boa, o CAC está instalado aqui, bem na entrada da Câmara, no primeiro andar. Então, aqueles pacientes que têm mobilidade diminuída, eu



acho que não vão ter que ficar esperando em fila. Então, acho que é importante a gente divulgar que, a partir de amanhã, já estarão fazendo aqui o agendamento para a biometria do título eleitoral na Câmara Municipal de Nova Lima”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, pela ordem. Primeiro, parabenizá-lo, eu acho que é mais uma forma de abrir as portas da Câmara para que o cidadão possa participar e ter também benefícios sociais. Não é só a questão da biometria, mas outros benefícios, até de políticas públicas do município, o Centro de Atendimento ao Cidadão vai direcionar essas pessoas para esses benefícios, a construção de currículo, a retirada de documentos, aqueles de bons antecedentes”. Senhor Presidente: “encaminhamentos sociais”. Vereador Tiago Almeida Tito: “exatamente. Mas eu quero só fazer uma sugestão ao senhor na logística, principalmente do cadastro para as pessoas agendarem e realizar a biometria, porque eu sei que as pessoas estão cadastrando hoje, estão fazendo o agendamento aqui hoje, mas para daqui dois meses, um espaço muito grande. Que a Casa faça o controle e tenha uma pessoa para ligar e lembrar que ela tem naquele dia que fazer o cadastro. Porque, com certeza, uma senhora da melhor idade que vem aqui, faz o agendamento aqui hoje, mas para daqui sessenta dias, ela vai esquecer”. Senhor Presidente: “muito bem lembrado”. Vereador Tiago Almeida Tito: “então que a gente tenha esse cronograma para que a gente possa ligar também para a casa das pessoas e lembrá-las que eles possam ir fazer a biometria”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu vou ser breve mesmo. Só para cumprimentá-lo por mais essa ação. Quando a gente fala dessa ação do CAC aqui, é só mais uma ação que o senhor



vem implementando nessa gestão do senhor. Isso faz com que a gente tenha orgulho de ter o senhor como Presidente da Casa, as capacitações, os treinamentos de altíssima qualidade que estão acontecendo aqui. Os profissionais, os colaboradores do meu gabinete têm participado e dito da qualidade desses treinamentos. Então, eu penso que é um legado que o senhor vai deixar para a população de Nova Lima e para a gente também, enquanto o vereador. O senhor tem protagonizado coisas muito positivas dentro da Câmara de Nova Lima”. Senhor Presidente: “muito obrigado, vereador. Fico feliz com as suas palavras. Quarta parte, apresentação de oradores inscritos, inexistente. Agradecemos a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declaro encerrados os trabalhos. Uma boa noite a todos”.

---